

A INTERNET COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA PARA CRIANÇAS NAS SÉRIES INICIAIS

Valkilene Melo de Mendonça de Souza

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba; Pós-graduanda em Educação do Campo - Universidade Federal da Paraíba/CE – Campus I/ João Pessoa – PB - E-mail: valkilene.melo@hotmail.com

Heloísa Melo de Almeida

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba; Pós-graduanda em Educação do Campo - Universidade Federal da Paraíba/ CE – Campus I /João Pessoa-PB. E-mail: heloisa.pi@hotmail.com

Diego Tavares do Nascimento

Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade de Pinhães – RJ. E-mail: pedagogodiego@gmail.com

Leticia Tavares do Nascimento

Graduanda em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Augusto Motta/ Rio de Janeiro – RJ- E-mail: letticiattavares@gmail.com

Verônica de Lourdes Batista de Oliveira

Mestre em Educação pela UFPB; Especialização em Gênero e Diversidade na Escola pela UFPB; Graduada em Pedagogia e História pela UFPB - E-mail: veronicalourdbatista@gmail.com

RESUMO

Em cada ser humano, existe a necessidade e o desejo de vivenciar o exercício pleno da justiça. Especificamente no alvorecer da juventude, essa aspiração se intensifica; porém, por não ter uma política de formação educacional direcionada ao conhecimento do exercício da cidadania em sua totalidade, esse direito que se mistura ao sentimento, pode ser adormecido tornando o ser refém de um sistema político equivocado. No presente artigo teve-se o intuito de apresentar os resultados do uso da internet como metodologia inovadora e atuante no meio educacional. Levando em consideração as suas apropriações e a significação do uso urgente desta ferramenta; considerando ainda, as desigualdades da inclusão digital e o seu conhecimento prévio nas relações familiares, sociais e culturais. Como estrutura do trabalho escolar, o referido documento apresenta como temas relevantes: Ética, Meio ambiente, Orientação sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho, Consumo, dentre outros que apontem a necessidade de reflexão. Tais assuntos se apresentam como propostas educacionais positivas, estruturando o aluno para a sua formação crítica, além de capacitá-lo para enfrentar com repúdio as injustiças, dando-lhe voz e o inserindo como ator social competente, apto para interpretar a sua realidade. Percebemos que essas discussões refletem a importância na construção da soberania do homem, e o que o torna realmente independente é o libertar-se da subordinação e da ignorância.

PALAVRAS-CHAVE: Exercício da Cidadania, Internet, Direito, Formação Crítica.

1. INTRODUÇÃO:

Em cada ser humano, existe a necessidade e o desejo de vivenciar o exercício pleno da justiça. Especificamente no alvorecer da juventude, essa aspiração se intensifica; porém, por não ter uma política de formação educacional direcionada ao conhecimento do exercício da cidadania em sua totalidade, esse direito que se mistura ao sentimento, pode ser adormecido tornando o ser refém de um sistema político equivocados.

Partindo desse princípio e com base na Constituição Federal, Cap. III, Da Educação¹, apresentamos o presente artigo que, voltando-se para o primeiro segmento do Ensino Fundamental, buscou-se incentivar e instigar, numa linguagem apropriada para esse nível de ensino, a formação cidadã e o controle social por meio de ações pedagógicas tais como: leituras de textos reflexivos; histórias com fundamento ético contadas oralmente; jogos educativos e atividades pedagógicas; aulas explicativas sobre como funciona o sistema político no país; aulas didáticas objetivando-se a formação cidadã; e a construção de peças teatrais nas quais os atores foram os próprios estudantes, vivenciando-se a prática da cidadania e do respeito ao próximo.

Na pesquisa vislumbrou-se ainda a criação de um Blog para postagem de toda produção estudantil resultante das suas ações, o que se dava por meio de uma ferramenta interativa e muito usada pelos jovens e crianças: **a internet**. Através de atividades no meio digital, incluiu-se a importância de conhecer como se dava o processo do controle social na perspectiva da Lei de Transparência (Lei nº. 12.527 de 2011). Procurou-se mostrar o lado positivo da internet, além de que se incentivou a necessidade do uso seguro da mesma. Navegou-se por sites de iniciativa governamental (além de outros) que possuem o objetivo de ensinar valores éticos e humanitários sem perder a ênfase não só nos direitos como também nos deveres e obrigações de cada pessoa.

No presente artigo teve-se o intuito de apresentar os resultados do uso da internet como metodologia inovadora e atuante no meio educacional. Levando em consideração as suas apropriações e a significação do uso urgente desta ferramenta; considerando ainda, as desigualdades da inclusão digital e o seu conhecimento prévio nas relações familiares, sociais e culturais.

Como no nosso estudo abordou-se o ensino da formação cidadã e o controle social com o desafio de instigar e apresentar o conhecimento do gênero para crianças do ensino fundamental, nosso enfoque deu-se

¹ Sobretudo o que afirma em seu "Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

também na sociologia (com ênfase na infância), pois tal ciência corrobora na crença de que as crianças são capazes de traduzir o que vivencia nas suas práticas sociais e culturais onde elas podem ser compreendidas a partir da realidade social em que são incluídas. Assim como Sarmiento (2004, p.30) nos remete:

“... Estas reconfigurações fazem das crianças construtoras ativas do seu próprio lugar na sociedade contemporânea, esse ponto no mapa, afinal, que é também a mesma encruzilhada em que todos nós nos situamos; lugar que com elas partilhamos, ainda que com responsabilidades (e culpas...) distintas: cidadãos implicados na construção da (so)ci(e)dade.”

1.1 - Local da Pesquisa e a diversidade dos possíveis Sujeitos

A nossa pesquisa realizou-se na Escola de Educação Básica² que faz parte da Universidade Federal da Paraíba. A Escola de Educação Básica caracteriza-se por atender às demandas dos três segmentos que compõem a Universidade Federal da Paraíba, a saber, a dos filhos de seus estudantes, funcionários e professores, além de contemplar a comunidade social circunvizinha ao entorno do Campus I/UFPB. Por isso mesmo possui uma clientela diversificada em relação à condição sócio-econômica de seus estudantes e familiares. Situa-se entre dois grandes bairros da cidade de João Pessoa, que são eles: Castelo Branco e o Conjunto dos Bancários incluindo os seus loteamentos (Anatólia e Jardim Cidade Universitária) e as comunidades (Santa Clara, São Rafael, Vale do Timbó I e II e Igrejinha São Francisco).

1.2 - O Contexto Social e os Objetivos da Pesquisa

Considerando a aplicação das ações proposta pelo presente artigo, objetivou-se conhecer as motivações, concepções, indagações, como também, as contribuições dos estudantes envolvidos em nossa pesquisa para o exercício da cidadania, com foco na importância do controle social, tendo como ferramenta indispensável à internet. Durante todo processo da pesquisa explicou-se numa linguagem apropriada para o corpo docente e discente o alcance do cidadão crítico e atuante. Analisou-se as condições existentes e as disponibilidades que a escola apresentava no que se refere ao uso da internet como ferramenta de ensino; e avaliou-se a partir da produção estudantil, os resultados e as contribuições das ações de nossa pesquisa para a formação e a participação cidadã.

Nos últimos anos, nos deparamos com os avanços científicos da humanidade. A velocidade e o impacto das tecnologias da informação e da comunicação têm aproximado povos, tribos e línguas; proporcionando uma série de conhecimentos do mundo.

² As informações que situam a Escola de Educação Básica foram extraídas do seu Projeto Político Pedagógico de 2008.

A robótica tem revelado talentos e descobertas fantásticas nas funções motoras, sensoriais e intelectuais, e, muitas vezes, o processo de desenvolvimento desta ciência tem lugar na sala de aula.

São inúmeros e inegáveis os progressos alcançados pelo desenvolvimento científico e tecnológico, cujos efeitos libertam o homem de recorrer apenas aos recursos oferecidos pela natureza; possibilitando-o, inclusive, inventar o próprio material necessário ao avanço de diversas pesquisas. Porém, em contrapartida, surgiram os desencantamentos, causados, sobretudo, por efeitos negativos que também produzem tal desenvolvimento: a degradação da natureza, o desemprego, o desabrigo, a fome, a baixa qualidade de vida, os vícios, a mortalidade, a desigualdade, a exclusão, a corrupção etc.

E ainda, no viés das mazelas sociais, apresenta-se a globalização, de caráter dominante e invasivo. Todavia, sua base aparentemente sólida e verdadeira, nos impulsiona a entender, conforme Milton Santos (2000, p. 19), que:

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas.

De acordo com esta assertiva de Santos (2000), a pretensão de homogeneização torna ainda mais intensa as diferenças, e nos distancia da união alardeada. Mas, por outro lado, precisamos sustentar a idéia de preservação do planeta, e isso nos remete a pensar como comunidade, a refletir sobre o que realmente precisamos para aprender a conviver com todas essas questões em pauta e que envolvem o mundo.

No contexto mundial, existe uma grande expectativa no que se refere às resoluções das nódoas da sociedade atual. A cidadania aparece como aliada da Educação; e, em diversos países, esse binômio se transforma em uma questão essencial, apresentando-se como objetivo principal no desenvolvimento da sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), desde a sua apresentação, têm por finalidade nortear o ensino fundamental como proposta de reorientação curricular, defendendo a importância de se construir uma educação básica voltada para o exercício da cidadania. Os PCN trazem como necessidade urgente à sociedade brasileira a discussão sobre as políticas educacionais, em todo território nacional, com o envolvimento de todos aqueles que se interesse por educação e com a articulação e a criação de projetos educativos que garantam a todo aluno, independente de sua localização, “O direito de ter acesso aos conhecimentos indispensáveis para a construção de sua cidadania (p. 9).” Prevendo também “(...) as condições físicas das escolas, dotando-as de recursos didáticos e ampliando as possibilidades de uso das tecnologias da comunicação e da informação (p.38).”

Como estrutura do trabalho escolar, o referido documento apresenta como temas relevantes: Ética, Meio ambiente, Orientação sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho, Consumo, dentre outros que apontem a necessidade de reflexão. Tais assuntos se apresentam como propostas educacionais positivas,

estruturando o aluno para a sua formação crítica, além de capacitá-lo para enfrentar com repúdio as injustiças, dando-lhe voz e o inserindo como ator social competente, apto para interpretar a sua realidade.

E, conforme destaca Demo (1995, p.180-181), se faz necessária:

(...) uma decidida conscientização e educação permanentemente qualificada em torno da formação e correto exercício da cidadania assim como o desenvolvimento comunitário. Neste sentido, torna-se improrrogável planejar e executar programas específicos capazes de favorecer a formação integral e harmônica, democrática, consciente e responsável mediante – entre alternativas – promoção e formação para cidadania; promoção da cultura e de uma educação que possibilite a todos os cidadãos a sua habilitação para ser pessoa digna, construtiva e solidária, comprometida mediante participação, responsável e generosa, na construção de uma sociedade mais justa, fraterna, democrática e libertadora.

Para demonstrar a importância e o porquê do desenvolvimento dessa pesquisa. Proporcionou-se a uma turma de estudantes do 5º. Ano (4ª Série), de uma escola de ensino fundamental, localizada no Campus I da Universidade Federal da Paraíba, uma experiência educativa, cuja metodologia baseou-se na oferta de atividades, a partir do suporte de ferramentas da informática (computadores e internet), e na análise de seus usos e representações realizados pelos sujeitos de nossa pesquisa: os referidos estudantes.

Pesquisou-se na internet e utilizou-se com os estudantes alguns sites educativos, voltados a preparar a criança desde cedo para ser inquiridora da realidade, exercendo a sua cidadania; proporcionando-lhe, no futuro, o conhecimento do controle social, já que a pesquisa previu também, dentro dos preceitos da Lei de Informação (**Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011**), a navegação em sites que se promove esta ação. De forma bem didática e interativa e considerando o convívio local dos alunos, buscou-se descobrir dados que façam parte da realidade de cada criança participante do estudo. Na aplicação metodológica, proveu-se também que toda a produção decorrente da pesquisa fosse postada em um blog que foi construído com o intuito de incentivar a circulação de idéias bem como o desenvolvimento do intelecto.

Considerou-se a pesquisa de total relevância para o meio acadêmico, pois através dela buscou-se argumentar, a partir das possíveis contribuições extraídas do nosso estudo, como também, ouvir as falas e conhecer os enfrentamentos dos estudantes do ensino fundamental da Escola de Educação Básica, parte integrante do Centro de Educação (CE) da UFPB. Cumprindo, assim, o que dispõe na Resolução Nº. 64/2006, do CONSEPE, que em seu ANEXO Educação, do Campus I, da UFPB.

1. Objetivos do Curso / 3. Competências, Atitudes e Habilidades: O Egresso do Curso de Pedagogia deverá estar apto a:

1. Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária.

7. Relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens

significativas. I aprova o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia, do Centro de Educação (UFPB).

2. CIDADANIA NA ESCOLA E O USO DA INTERNET COMO FERRAMENTA DE ENSINO

Os avanços tecnológicos e as suas contribuições para a aplicação dos métodos educativos ampliam as possibilidades do educador usar esta ferramenta como ponto chave na elaboração de conteúdos que sustentem o ideal de cidadania como também fortaleçam a sua ação participativa, tornando o estudante do ensino fundamental conhecedor dos orçamentos democráticos, mesmo que seja no âmbito micro da sua comunidade local. De acordo com Milton Santos (2000, p. 38 e 39) implica observarmos o atual momento:

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetivos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca.

Sem os meios pedagógicos para se conduzir os estudantes a uma formação de caráter político para a construção do cidadão crítico, inclusive no que tange ao uso da internet, a sociedade esbarra na antiga discussão dos entraves sociais que dificultam o acesso à plena vivência da cidadania, que tem um significado tão importante e libertador, mas que ainda tem se desenvolvido timidamente no cotidiano da nação. A prática educacional tem sido, muitas vezes, limitada a uma realidade que distancia a formação cidadã do viés político da educação, pelo desconhecimento do contexto político mundial. Na prática, ouvimos dos próprios educadores a sua aversão à política, criando uma confusão entre essa ciência e a prática inconcebível de alguns atores políticos. Incluindo a assertiva de PERUZZO (2002, p. 4), pela qual podemos refletir como essas práticas se efetivam no dia a dia das novas gerações; apontamos aqui uma preocupante realidade:

Com o crescimento do aparato tecnológico no cotidiano das grandes cidades (...) as novas gerações têm seus valores, opiniões e atitudes sedimentadas por veículos que não se interessam propriamente em sua educação, que não assumem explicitamente seu caráter pedagógico, mas que acabam freqüentemente por influenciar mais profundamente a juventude que a educação desenvolvida na escola.

Essa discussão sobre o fortalecimento da cidadania tem instigado muitos pesquisadores a se debruçarem sobre essa temática, levando a sociedade a se mobilizar em torno de ações educativas efetivas, introduzindo nos grandes debates a relevância desse ideal. Como resultado dessas mobilidades sociais, o senado aprovou no dia 14 de novembro de 2012 o projeto que torna obrigatório as escolas de educação básica oferecer as disciplinas de Ética e Cidadania Moral e Ética Social e Política. Alguns defendem que não

cabe ao educador tal tarefa; outros defendem que já estão inclusos esses conteúdos dentro dos temas transversais; tais posicionamentos nos remetem a refletir sobre o que diz a Constituição Federal do país, no Capítulo III - Da Educação³; e o que a sociedade espera da escola cidadã que segundo (SALMASO e BORTONE)⁴:

Os pressupostos que estarão orientando suas ações são os da autonomia, da cidadania, da participação, da democratização do poder, da liberdade, da solidariedade, da felicidade, da sustentabilidade, (...) da postura crítica, da identidade cultural para a formação de sujeitos políticos capazes de intervir na realidade, visando a uma perspectiva social mais justa. (...) A escola cidadã valoriza a diferença naquilo de pedagógico que ela tem: ensinamos diferentes formas de compreender o mundo, de dar respostas às questões que o mundo nos apresenta... A escola cidadã dialoga com a diferença, reconhece suas contribuições, buscam pares, soma forças, constrói participes de um mesmo projeto de um mesmo sonho.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais⁵ (p.142), mesmo havendo experiências no desenvolvimento de projetos com tecnologia educacional em vários estados brasileiros, a potencialidade desses recursos ainda não é reconhecida pela comunidade nacional de educadores. São vários fatores em destaque: pouco conhecimento e domínio por parte dos professores para utilizar os recursos tecnológicos na criação de ambientes de aprendizagem significativa; insuficiência de recursos financeiros para a manutenção, atualização de equipamentos e para capacitação dos professores, e até a ausência de equipamentos em muitas escolas; e a falta de condições para utilização dos equipamentos disponíveis devido à precariedade das instalações em outras. Sob essa ótica, buscou-se, durante o andamento da pesquisa, investigar acerca de tais problemas, buscando entender se de fato esses entraves existem e o que contribuiria efetivamente para uma educação que - nos dias de hoje - já não pode ser concebida sem o uso desses recursos, e é a partir da assertiva de SANTOS, SOUZA BOAVENTURA (2005, P. 74 e 75) que podemos pensar:

Ao nível dos Estados trata-se de transformar a democracia de baixa intensidade, que hoje domina, pela democracia de alta intensidade. (...) temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

2.2 – A Falta de Acesso à Internet

³ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

⁴ Esta citação foi retirada do Projeto Político Pedagógico: Uma Perspectiva de Identidade no exercício da Autonomia.

⁵ O trecho que segue, de acordo com os Parâmetros Curriculares, foi transcrito com pequenas modificações.

No Brasil, as eleições municipais de 2008 tiveram como uma das principais promessas de campanha a instalação de sistemas de internet sem fio e gratuita para a população. Já nas eleições de 2012, a campanha trouxe a promessa de entrega de tablets aos professores e alunos da rede municipal. Como justificativa para a aplicação de tal projeto, alguns políticos alegaram a economia editorial que o mesmo promoveria com o processo de digitalização dos livros. O Ministério da Educação anunciou, no início de 2012, o investimento de mais de R\$ 150 milhões para a compra de 600 mil tablets direcionados aos professores do ensino médio federal, estadual e municipal. Conforme afirmou o próprio ministro da educação, Aloizio Mercadante⁶: “É importante que a gente construa uma estratégia sólida para que a escola possa formar preparar essa nova geração para o uso de tecnologia da informação.” A pesquisa realizou-se com ensaios e com métodos educativos que envolvem a Era Cibernética. Investigando as possíveis contribuições aos estudantes do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica da UFPB. Com o olhar voltado para a construção da cidadania e a formação de um ser crítico e participativo no controle social.

3. CONHECENDO A APLICAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia do nosso estudo referenciou-se nas Políticas Educacionais, precisamente, nas Políticas Públicas Sociais. Desejou-se no decorrer do trabalho aplicar nossa Pesquisa de Campo que se desenvolveu através da oferta de aulas com atividades ligadas ao campo da formação da consciência e da participação cidadãs, fazendo-se uso de pesquisa em sites da internet, com 07 (sete) estudantes de uma turma de 5º ano (4ª série) do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica da UFPB. Nossas interações se deram duas vezes por semana, em encontros de 50 minutos, durante os meses de outubro e novembro de 2012 e março e abril de 2013.

Utilizou-se a observação para descrever as reações dos estudantes, a partir dos conteúdos aplicados pelo projeto; na seqüência, toda produção estudantil foi postada no Blog Conselho de Classe, desenvolvido durante a investigação do estudo com o intuito de instigar nos alunos a sua produção textual e idéias; entendemos ainda que, no processo da pesquisa, surgiu-se outras formas de análises para fundamentar o nosso objetivo.

No estudo impulsionou-se a incorporar o método de participação nas ações sociais para então, perceber como a sociedade tem se posicionado para afirmar a importância da cidadania e o entendimento construído a partir da Lei de Transparência (Lei nº. 12.527 de 2011). Com esse intuito, pretendeu-se presenciar movimentos e palestras que contribuíssem para o tema desta pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCURSÕES:

⁶ Entrevista do Ministro Aloizio Mercadante no dia 02 de fevereiro de 2012, postado pelo portal do MEC.

4.1 DIFICULDADES E INCENTIVOS ENCONTRADOS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA:

Ao iniciar uma pesquisa de campo desenvolve-se antes de tudo o cronograma que, será executado durante o processo de estudo. Porém, apesar de toda programação estabelecida encontrou-se obstáculos que impossibilitaram a execução do programa na íntegra. As maiores dificuldades que se encontrou na escola de educação básica foi à falta de: sala de computação e internet. No princípio pensou-se em desistir e procurar uma escola que cumprisse esses requisitos, porém a coordenação junto com os funcionários concordou-se em contribuir para realização da pesquisa; desde então, decidiu-se que as aulas seriam na biblioteca (da escola) que supostamente teria internet e computador. Ao chegar para aplicar a aula da pesquisa na biblioteca constatou-se que o computador estava quebrado e que a internet era acessível através de senha e que só a funcionária do turno da manhã teria a senha (O projeto foi aplicado no horário da tarde). Mesmo conseguindo por telefone a senha tão almejada o computador estava com defeito. Voltou-se em um outro dia e dessa vez providenciamos um computador de uso particular e utilizamos a sala dos professores onde as crianças faziam um círculo e bem atentos buscavam ver e ouvir as atividades educativas desenvolvidas na internet através dos sites educativos como por exemplo: www.oplenarinho.gov.br; Como também, algumas atividades desenvolvidas com os estudantes(em sala) que postava-se no blog: <http://obloginfoeducativo.blogspot.com.br/>.

4.2 A DINÂMICA DA AULA E ALGUNS RESULTADOS DA PESQUISA

Das dificuldades que encontrou-se para realizar o projeto e o desconforto de ter-se apenas um computador para dividir entre os facilitadores da aula e os estudantes da pesquisa (07); compensou-se a experiência até mesmo pelo entusiasmo dos estudantes que encaravam o convite de assistir as aulas. Era motivador. As histórias animadas, com fundo educativo e ao mesmo tempo informativo como, por exemplo: como uma criança deve se afastar e denunciar o abuso infantil em todos os níveis; como proteger a natureza e denunciar aos órgãos competentes; entendendo um pouco da nossa organização política através de desenhos animados e entre outras atividades desenvolvidas e apresentadas na pesquisa. O interesse demonstrado por algumas crianças em ser honesta para se tornar um verdadeiro cidadão como também a observação de algumas em se posicionar concordando com a desonestidade já que os que viviam à sua volta usavam do mesmo artifício para se dar bem. Tudo isso tornou a experiência dos pesquisadores ainda mais excelentes, pois a cada fala, a cada posicionamento, contrariou implico-se dizer que a educação sempre dará certo.

5. CONCLUSÃO

Neste sentido, consideramos o presente estudo como sendo de total relevância para o meio acadêmico, pois através dele buscou-se argumentar, a partir das pequenas contribuições extraídas da nossa pesquisa, como também, ouvir as falas e conhecer os enfrentamentos dos estudantes do ensino fundamental da Escola de Educação Básica, parte integrante do Centro de Educação (CE) da UFPB. Cumprindo, assim, o que dispõe, em seu ANEXO I, a Resolução N°. 64/2006 do CONSEPE, que aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia, do Centro de Educação, do Campus I, da UFPB:

Competências, Atitudes e Habilidades: Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária. (...). O Egresso do Curso de Pedagogia deverá estar apto a: Relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas.

A idéia de desenvolver essa pesquisa surgiu da observação que temos feito sobre as mobilizações da sociedade em torno de temas como: o combate à corrupção³; a urgência da aplicação da Lei de Acesso à Informação; a aprovação de leis que inclua questão como ética e cidadania no currículo do ensino fundamental; a educação na perspectiva das novas metodologias com o advento da internet; a relação das crianças com a tecnologia. Percebemos que essas discussões refletem a importância na construção da soberania do homem, e o que o torna realmente independente é o libertar-se da subordinação e da ignorância.

6. REFERÊNCIAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. A participação na escola: Contribuições para a melhoria da qualidade da educação. In: Escola de gestores da educação básica. São Paulo, Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_saibamais8.pdf. Acesso em: 20 de out. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 10 out. de 2012.

DEMO, Pedro. Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida. Campinas: Autores Associados, v.1, 1995.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÉTOURNEAU, Jocelyn. Ferramentas para o pesquisador iniciante. 1ª ed. SP: WMF Martins Fontes, 2011.

MICHEL, Margareth e Jerusa de Oliveira. Comunicação Comunitária e Cidadania: Resgate da cultura e construção da identidade. 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/michel-margareth-jerusa-comunicacao-omunitaria-cidadania.pdf>. Acesso em: 08 de out. de 2012.

PERUZZO, Cecília M. Krohling. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. PCLA _ Volume 4_ n°. 1. Out./Nov./ Dez. 2002. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm> Acesso em: 10 out. de 2012.

PERONI, Vera Maria Vidal. Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990. 1. ed. SP: Xamã, 2003.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização: do pensamento único á consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). A Globalização e as Ciências Sociais. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SALMASO e FERMI, José Luiz e Raquel Maria Bortone. Projeto Político Pedagógico: Uma perspectiva de identidade no exercício da cidadania. In: Oficina do João: Projeto político pedagógico. São Paulo, s.d. Disponível em: <https://sites.google.com/site/oficinadotiao/projeto-politico-pedagogico>. Acesso em: 04 de out. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1997.

UFPB. Escola de Educação Básica. Projeto Político Pedagógico. João Pessoa: Mimeo, 2008.

UFPB. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução N° 64, 25 de outubro de 2006. Disponível em http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2006/Rsep64_2006.htm Acesso em: 09 de out. de 2012.